

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 4ª SÉRIE DE COTAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II
CNPJ Nº. 07.238.838/0001-67

MOODY'S AMÉRICA LATINA LTDA.: (P)AAA.BR

BENCHMARK DE 108% DO CDI

Originador:



Prospecto de acordo com o
Código de Auto-Regulação
da ANBID para os Fundos
de Investimento.

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA MÍNIMA DE 3.000 (TRÊS MIL) E MÁXIMA DE 15.000 (QUINZE MIL) COTAS SENIORES DA 4ª SÉRIE, COM VALOR UNITÁRIO INICIAL DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PERFAZENDO UM VOLUME TOTAL DA OFERTA DE:

R\$ 150.000.000,00

ATO DE DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II, DATADO DE 25.02.2005, REGISTRADO NO 6º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO RIO DE JANEIRO – RJ EM 01.03.2005, SOB Nº 1010221.

ATO CVM DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: OFÍCIO/CVM/SRE/Nº 295/2005

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO NA CVM DA 4ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES: CVM/SRE/RFD/2007/012, DE 01/03/2007.

DISTRIBUIÇÃO ENCERRADA EM 28/08/2007. PRORROGADA PARA 24/02/2008.

CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES DA 5ª SÉRIE: BRVERXCTF044

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

ESTE FUNDO DE INVESTIMENTO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR, OS QUAIS ENCONTRAM-SE DESCRITOS NAS PÁGINAS 12 A 14 DESTES PROSPECTOS. AINDA QUE A ADMINISTRADORA E A GESTORA DA CARTEIRA MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO FATORES DE RISCO DESTES PROSPECTOS ANTES DA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DA GESTORA DA CARTEIRA, DO CUSTODIANTE, OU DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTOS QUANTO DO REGULAMENTO, ANEXADO A ESTES PROSPECTOS, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

A CARTEIRA DE ATIVOS DESTES FUNDOS PODE POSSUIR PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR. O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTES FUNDOS DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DO PRAZO MÉDIO DOS ATIVOS QUE COMPÕEM SUA CARTEIRA. NÃO HÁ GARANTIAS DE QUE A ALÍQUOTA APLICÁVEL, QUANDO DO RESGATE DAS COTAS, SERÁ A MENOR DENTRE AS PREVISTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

A DATA DESTES PROSPECTOS É 07/04/2008.

ADMINISTRADOR E DISTRIBUIDOR:

CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM

AV. PRES. WILSON, Nº 231, 24º ANDAR, CENTRO

20030-021 – RIO DE JANEIRO - RJ

AUDITORIA:

KPMG AUDITORES
INDEPENDENTES

CUSTODIANTE:

DEUTSCHE BANK S.A.
BANCO ALEMÃO

GESTORA:

BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

RATING:

MOODY'S AMÉRICA LATINA

CONSULTORIA JURÍDICA

FREITASLEITE

ÍNDICE

DENOMINAÇÃO DO FUNDO:	3
BASE LEGAL:	3
CLASSIFICAÇÃO ANBID:	3
CARACTERÍSTICAS GERAIS:	3
PÚBLICO-ALVO	4
OBJETIVO DE INVESTIMENTO	4
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO (ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS E SACADOS)	5
CONCENTRAÇÃO POR SACADOS (SERVIDOR PÚBLICO, APOSENTADO OU PENSIONISTA)	7
DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	7
CONDIÇÕES DE CESSÃO	7
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	8
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	8
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO	9
CONTRATO DE CESSÃO	10
CUSTÓDIA DOS ATIVOS DO FUNDO E ESCRITURAÇÃO DAS COTAS	10
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	11
EMPRESA DE AUDITORIA	11
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	11
RELAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES (RELAÇÕES SOCIETÁRIA E CONFLITO DE INTERESSES)	11
DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA	12
FATORES DE RISCO	12
AValiação de RISCO (RATING)	14
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	15
VALORIZAÇÃO E RENTABILIDADE DAS COTAS	15
POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	15
PROCEDIMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO (APLICAÇÕES/RESGATES)	15
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	15
CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO, RESGATE E AMORTIZAÇÃO	16
DA EMISSÃO DE NOVAS COTAS	16
4ª SÉRIE DE COTAS	16
MECANISMOS DE MONITORAMENTO DE RISCO DA 4ª SÉRIE	18
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA	18
ÍNDICE DE COTAS SUBORDINADAS	18
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	19
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	20
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS	20
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA 4ª SÉRIE	22
SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA	24
DO CUSTODIANTE	24
SUBSTITUIÇÃO DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS	25
TAXAS DO FUNDO	25
DESPESAS DEDUTÍVEIS DO FUNDO	25
TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO	25
IMPOSTO DE RENDA	25
TRIBUTAÇÃO SOBRE OS COTISTAS	25
I. ALIENAÇÃO DE COTAS	26
II. RESGATE EM VIRTUDE DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO OU DO TÉRMINO DE SEU PRAZO	26
III. AMORTIZAÇÃO DE COTAS	26
BREVE HISTÓRICO DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. (ORIGINADOR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS)	26
TRATA-SE DE SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO, DEVIDAMENTE REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	26
BREVE HISTÓRICO DA CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM	27
BREVE HISTÓRICO DA BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	27
BREVE HISTÓRICO DO DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO	27
BREVE HISTÓRICO DA MOODY'S	28
BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES	28
BREVE HISTÓRICO DE FREITASLEITE, FAGUNDES ADVOGADOS	28
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO COTISTA	28
INFORMAÇÕES RELEVANTES	28
DADOS DA CONTA PARA APLICAÇÃO:	28
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	28
EXEMPLARES DO PROSPECTO	29
ATENDIMENTO AO COTISTA	29
ANEXO I - REGULAMENTO DO FUNDO	
ANEXO II - RELATÓRIOS DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	
ANEXO III - DECLARAÇÕES	
ANEXO IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	

DENOMINAÇÃO DO FUNDO:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II (o "Fundo").

BASE LEGAL:

Resolução CMN nº 2.907, de 29.11.2001;

Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, alterada pelas Instruções CVM nº 393, de 22.07.2003, nº 435, de 05.07.2006, nº 442, de 08.12.2006 (em vigor a partir de 11.03.2007) e nº 446, de 19.12.2006 ("Instrução 356"); e

Instruções CVM nº 400, de 29.12.2003, alterada pelas Instruções CVM nº 429, de 22.03.2006, Instrução CVM nº 435, de 05.07.2006, e nº 442, de 08.12.2006 (em vigor a partir de 11.03.2007) ("Instrução 400").

CLASSIFICAÇÃO ANBID:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

PARTICIPANTES:

ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA DE COTAS SENIORES	Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CNPJ/MF: 62.382.908/0001-64 Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar 20030-021 - Rio de Janeiro - RJ Telefone: (21) 3861-4100
GESTÃO	BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda. CNPJ/MF: 05.917.347/0001-07 Rua Funchal, nº 418, 8º andar 04551-060 - São Paulo – SP Tel.: (11) 3848-2717 / Fax: (11) 3044-0944
ORIGINADOR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	Banco Cruzeiro do Sul S.A. CNPJ/MF: 62.136.254/0001-99 Rua Funchal, nº 418, 9º andar 04551-060 – São Paulo – SP Tel.: (11) 3848-1800
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS: ESCRITURAÇÃO DAS COTAS	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º a 15º andares Itaim Bibi – São Paulo - CEP: 04538-132 CNPJ: 62.331.228/0001-11 Telefone: (11) 2113-5000 / Fax: (11) 2113-5170
AUDITORIA:	KPMG Auditores Independentes CNPJ/MF: 57.755.217/0001-29 Rua Renato Paes de Barros, nº 33 04530-904 - São Paulo – SP Telefone: (11) 2183-3000
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	Moody's América Latina Ltda. CNPJ/MF: 02.101.919/0001-05 Av. Nações Unidas, nº. 12.551, 16º andar, WTC 04578-903 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3043-7306
ASSESSORIA JURÍDICA	FreitasLeite, Fagundes Rua Gomes de Carvalho, 1.666, 9º Andar CNPJ/MF: 61.197.240/0001-12 04547-006 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3202-3200

DATA DE PROTOCOLO NA CVM REFERENTES A 4ª SÉRIE: 01 de março de 2007.

CARACTERÍSTICAS GERAIS

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios fechado e observa as disposições do seu Regulamento ("Regulamento") e da Instrução 356.

O Fundo terá prazo de duração de 20 anos, contados da data do início de suas atividades, ou seja, 28 de março de

2005, e suas séries de cotas poderão apresentar prazos e regras de amortização distintas. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses previstas neste Prospecto e no Regulamento.

PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do Fundo são investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos quotistas. Podem participar do Fundo, ainda, **(a)** fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" e "Multimercado", nos termos do inciso II, do artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e **(b)** fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como "Exclusivo" e "Multimercado", desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409.

Segundo a Instrução CVM nº 409, são considerados investidores qualificados:

- a) instituições financeiras;
- b) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- c) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- d) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que atestem por escrito sua condição de investidor qualificado;
- e) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- f) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

Não há critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores. Assim, qualquer investidor que preencha os requisitos acima descritos, bem como outros requisitos que venham a ser acrescentados ou excluídos pela legislação, seja pessoa física, jurídica ou fundo de investimento, poderá adquirir cotas do Fundo.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios fechado e que tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas através da aplicação preponderante dos seus recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimo concedidos pelo **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.** ("Direitos Creditórios"), instituição financeira sediada Rua Funchal, nº 418, 9º andar, São Paulo – SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.136.254/0001-99, a Servidores Públicos efetivos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais ("Servidores Públicos"), bem como a Aposentados e Pensionistas do Regime Geral de Previdência Social ("Aposentados" e "Pensionistas"), assistidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ("INSS"), de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

Os financiamentos são concedidos em virtude de convênios mantidos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. com os governos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e com o INSS (todos eles em conjunto, inclusive o INSS, de agora em diante, denominados "Entes Públicos Conveniados"), para que os valores emprestados aos respectivos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas sejam descontados na folha de pagamento.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O patrimônio líquido do Fundo é alocado na aquisição de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, bem como instrumentos de derivativos.

No mínimo 50% do patrimônio líquido do Fundo deverá estar aplicado em direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimos concedidos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. a Servidores Públicos ("Direitos Creditórios").

Os empréstimos concedidos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. a Servidores Públicos passíveis de serem adquiridos pelo Fundo devem, necessariamente, ser contratados a taxas pré-fixadas e prever seu pagamento através de desconto em folha de pagamento. Adicionalmente, devem ser observados as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade mencionados abaixo.

As cessões de Direitos Creditórios ao Fundo são realizadas de forma definitiva, não havendo qualquer garantia de recompra ou coobrigação pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. Na hipótese de o Direito Creditório cedido ao Fundo perder qualquer Condição de Elegibilidade, não haverá direito de regresso contra a Administradora, a Gestora ou Banco Cruzeiro do Sul S.A., salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo destes.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (ii) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; ou (iii) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

O Fundo poderá realizar operações em mercados de derivativos exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. As operações com derivativos podem ser realizadas somente em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros.

É vedado ao Fundo realizar operações de "day trade", assim consideradas aquelas operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O Fundo poderá realizar operações compromissadas, desde que tenham como lastro títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional. Para estas operações podem ser destinados até 50% do patrimônio líquido do Fundo.

A seguir uma tabela resumo da composição da carteira do Fundo:

ATIVO	MÍNIMO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)	MÁXIMO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)
Direitos Creditórios	50%	99%
Derivativos Finalidade	0% Exclusivamente para proteção	49%
Operações Compromissadas	0%	50%

Respeitadas as regras de composição da carteira descritas nos itens acima, a Administradora pode livremente definir o grau de concentração da carteira do Fundo.

A Administradora, respeitado o disposto no Regulamento do Fundo, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo onde figurem como contraparte a Administradora, as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da Administradora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou pelas demais pessoas ora referidas. Todas as informações relativas às essas operações serão objeto de registros analíticos segregados.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administradora e a Gestora utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que consideram os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a carteira do Fundo, bem como modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados de última geração e de extrema confiabilidade.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada no Regulamento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado e a riscos, os quais se encontram descritos neste Prospecto, inclusive risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de a Administradora e a Gestora manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o cotista.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO (ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS E SACADOS)

REGRA DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE CONCENTRAÇÃO DO FUNDO

Os Entes Públicos Conveniados são agrupados de acordo com as fontes pagadoras dos salários dos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas.

A cada Fonte Pagadora corresponde um Grupo de Entes Públicos Conveniados, observado, no entanto, que, nos termos do Regulamento e para fins de avaliação de concentração, o INSS, a autarquia federal e que tem como Fonte Pagadora a União Federal, é considerado, isoladamente, um Grupo de Entes Públicos Conveniados, com regras próprias de concentração e Fonte Pagadora autônoma.

Assim, são entendidas como fontes pagadoras:

- a União Federal;
- o Distrito Federal;
- os Estados da Federação (cada Estado é considerado, individualmente, uma fonte pagadora);
- os Municípios da Federação (cada Município é considerado, individualmente, uma fonte pagadora), e
- o INSS.

GRUPOS DE ENTES CONCENTRADOS

O Fundo terá apenas 4 grupos de Entes Públicos Conveniados com maior concentração de Direitos Creditórios em relação ao patrimônio líquido do Fundo (os “Grupos de Entes Concentrados”).

Esses Grupos de Entes Concentrados atenderão aos índices máximos abaixo definidos:

Grupos de Entes Públicos Conveniados por ordem decrescente de Índice de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados	Índices Máximos de Concentração por Grupo de Entes Públicos Conveniados
1º Grupo	32,00%

2º Grupo	25,00%
3º Grupo	8,00%
4º Grupo	8,00%

*Na tabela acima, o índice de concentração corresponde ao percentual obtido na divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios pelo patrimônio líquido do Fundo.

As fontes pagadoras desses Grupos de Entes Concentrados são as seguintes:

- **1º Grupo:** a fonte pagadora é a União Federal (exclui-se o INSS e incluem-se todos os entes que tenham como fonte pagadora a União Federal);
- **2º Grupo:** a fonte pagadora desse grupo é exclusivamente o INSS;
- **3º Grupo:** esse grupo terá como fonte pagadora apenas uma dentre as seguintes: o Distrito Federal, um dos Estados da Federação ou um dos Municípios da Federação, e;
- **4º Grupo:** esse grupo também terá como fonte pagadora apenas uma dentre as seguintes: o Distrito Federal, um dos Estados da Federação ou um dos Municípios da Federação.

CONCENTRAÇÃO DOS DEMAIS ENTES

Para todos os demais Entes Públicos Conveniados (os “Demais Entes”), cujas fontes pagadoras não estejam integrando os Grupos de Entes Concentrados acima mencionados, suas fontes pagadoras terão, cada uma delas, limite máximo de concentração de 3,90%. Limite Máximo de Concentração é o percentual obtido na divisão do somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios relativos a cada uma das fontes pagadoras desses Demais Entes pelo patrimônio líquido do Fundo.

REGRAS DE FORMAÇÃO DOS 3º E 4º GRUPOS DE ENTES CONCENTRADOS

Quaisquer das fontes pagadoras dos Entes Públicos Conveniados integrantes dos Demais Entes poderão, a critério da Administradora, serem escolhidas para substituir as fontes pagadoras dos 3º e 4º Grupos de Entes Concentrados antes descritas, e passarem, assim, a ter um limite de concentração de 8,00%, desde que sejam obedecidas às seguintes regras:

- a fonte pagadora, que faça parte dos 3º ou 4º Grupos, deverá: **i)** ser substituída pela nova fonte pagadora, escolhida pela Administradora, e; **ii)** os Entes Públicos Conveniados da fonte pagadora substituída passarão a integrar os Demais Entes, razão pela qual sua fonte pagadora deverá obedecer ao limite máximo de concentração de 3,9%, acima mencionado, de tal forma que o Fundo deverá manter sempre apenas 4 Grupos de Entes Públicos Concentrados, e;
- os Direitos Creditórios relativos à fonte pagadora substituída, que irá integrar um dos 3º ou 4º Grupos de Entes Públicos Concentrados, ou seja, os Grupos de Entes Públicos Concentrados com concentração de 8,00% cada um, tenham obedecido ao disposto no parágrafo 6º do artigo 16 do Regulamento do Fundo, ou seja, em 3 datas do RMV consecutivas, o **NA-0**, o **NA-30**, o **NA-120** e o **NA-180** desses Direitos Creditórios sejam, concomitantemente, igual ou inferior a, respectivamente: 20,00%, 10,00%, 3,00% e 2,00%.

Havendo saldo disponível de concentração, calculado e definido conforme abaixo, (o “Saldo Disponível de Concentração”), o Fundo poderá destiná-lo à aquisição de Direitos Creditórios vinculados a um ou mais grupos de Entes Públicos Conveniados, desde que seja observado sempre o disposto na tabela acima.

Por **Saldo Disponível de Concentração** entende-se o valor, em moeda corrente nacional, apurado diariamente, pela Administradora, de acordo com a seguinte fórmula:

$$SDC = (73\% - SICGE) \times PL$$

onde:

- **73%:** é o resultado do somatório dos Índices de Concentração dos 4 grupos de maior concentração da Tabela acima (ou seja, 32,00% + 25,00% + 8,00% + 8,00%);
- **“SDC”:** significa “Saldo Disponível de Concentração”;
- **“SICGE”:** corresponde ao somatório, no dia útil imediatamente anterior à data de apuração, do SDC dos Índices de Concentração por grupo de Entes Públicos Conveniados Concentrados, em percentual, e;
- **PL:** corresponde ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, assim entendido como a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades

CONCENTRAÇÃO POR SACADOS (SERVIDOR PÚBLICO, APOSENTADO OU PENSIONISTA)

O limite máximo de concentração por sacado é de 0,40% do patrimônio líquido do Fundo, considerando a colocação total do valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) de cotas seniores.

DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A cessão dos Direitos Creditórios é irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente que compreende, além do direito de crédito decorrente dos contratos de crédito pessoal parcelado através de consignação em folha de pagamento, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados. As cessões deverão observar sempre as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade a seguir definidos.

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo pagará à vista ao cedente do Direito Creditório, em moeda corrente nacional, na data de Aquisição e pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma (taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios):

$$PA = VN / [(FatorDI) \times (FatorSpread)]^{Pm}$$

Onde :

PA : Preço de Aquisição

VN : Valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição

Fator DI: fator correspondente à Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorDI = [(DIf / 100) + 1]^{1/252}$$

Onde:

DIf = taxa de juros pré-fixada no período *N*, referenciada pela curva de futuros da BM&F, e expressa em base 252 dias úteis

N = número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = (Spread + 1)$$

Spread = Taxa percentual pactuada entre o Fundo e o BANCO CRUZEIRO DO SUL, a fim de garantir o *Benchmark*, acrescido de excedente.

Pm = prazo médio do lote de Direitos Creditórios que está sendo ofertado pela Cedente ao Fundo, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pm = \frac{\sum_{i=1}^n (NixVNi)}{\sum_{i=1}^n (VNi)}$$

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Os Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo devem atender, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão:

- decorram de operações de empréstimo concedidos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, com taxas de juros pré-fixadas;
- decorram de operações de empréstimo concedidos: **i)** a Servidores Públicos efetivos com idade entre 18 e 70 anos, podendo tais limites serem excedidos em casos excepcionais, ou **ii)** a Aposentados e Pensionistas com

idade de até 75 anos, podendo o Fundo adquirir Direitos Creditórios de Aposentados e Pensionistas com idade superior a 75 anos, desde que, nesses casos, os Direitos Creditórios contem com cobertura de seguro que garanta o pagamento do empréstimo ao Fundo em caso de morte do devedor Aposentado ou Pensionista.

- tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas;
- não apresentem, na data de aquisição pelo Fundo, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas vencidas e não pagas junto ao cedente;
- os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não poderão ser oriundos de empréstimos que tenham como devedores Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas vinculados a um dado Ente Público Conveniado para quem o Custodiante - que no 10º dia útil de cada mês (**“a data do Relatório Mensal de Verificação” ou “a data do RMV”**) verifica o nível de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, mediante o cálculo dos **Níveis de Adimplência (os “NA”)**, verificar que o percentual dos Direitos Creditórios, relacionados ao Ente Público Conveniado em questão, vencidos até a data de cada RMV e não pagos de **121 a 180 dias (o NA-120)** tenha sido igual ou superior a 20%, tudo conforme definido na alínea “e” do parágrafo 2º do artigo 14 do Regulamento;
- os contratos de concessão de empréstimo podem ser acompanhados de garantias;
- não sejam oriundos de empréstimos/financiamentos que tenham como devedores **Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas** vinculados a um dado **Ente Público Conveniado** que, na forma dos parágrafo 3º e 4º, inciso III, do artigo 16 do Regulamento, tenha apresentado um **NA-120**, apurado pelo **CUSTODIANTE**, em 3 (três) datas do RMV consecutivas, igual ou superior a 20% (vinte por cento), e;
- somente poderão ser adquiridos Direitos Creditórios oriundos de empréstimos/financiamentos cuja primeira parcela já tenha sido descontada da folha do devedor dos Direitos Creditórios e repassada ao **BANCO**, uma vez verificado que a averbação de tais contratos no respectivo limite para o percentual dos vencimentos de cada **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**, que pode ser comprometido com a consignação em folha de pagamento, não ocorra por meio eletrônico ou de forma automática.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos Creditórios devem atender ainda, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** devem ter, no mínimo, 01 (uma), e, no máximo, 120 (cento e vinte) parcelas mensais vincendas quando da data da cessão;
- quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios não poderão apresentar parcelas vincendas com pagamento previsto para data posterior ao prazo de duração do **FUNDO**;
- não se refiram a Sacados que apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, histórico de inadimplência, ou seja, não apresentem parcelas vencidas e não pagas para o **FUNDO**;
- os contratos representativos dos Direitos Creditórios devem ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

A política de concessão de crédito é desenvolvida pela área de crédito do Banco Cruzeiro do Sul S.A. e monitorada pela Administradora, e pode ser sintetizada na forma descrita abaixo:

- os empréstimos podem ser concedidos para determinado Servidor Público, Aposentado ou Pensionista somente se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, tendo em vista que os convênios celebrados com os Entes Públicos Conveniados estabelecem percentuais máximos da remuneração que podem ser comprometidos com desconto em folha. A definição dos limites leva em consideração todos os valores que já são descontados dos vencimentos. Assim, o Servidor Público, Aposentado ou Pensionista deve apresentar documentos que comprovem sua condição de Servidor Público, Aposentado ou Pensionista e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento;
- os empréstimos/financiamentos devem ter valor mínimo de R\$300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais; e, e;
- os Direitos Creditórios devem ter, no mínimo, 01 (uma), e, no máximo, 120 (cento e vinte) parcelas mensais.

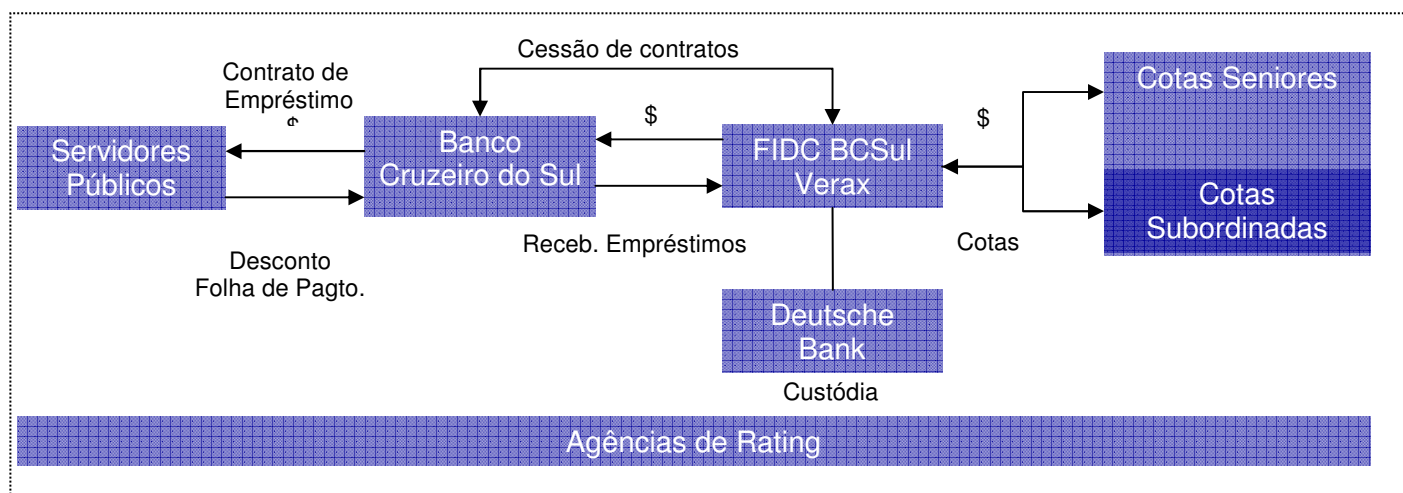
A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são feitos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A., com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados, sob supervisão da Administradora, para que as parcelas dos empréstimos concedidos sejam descontadas em folha de pagamento. As etapas da cobrança consistem em:

- os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;
- os valores descontados são repassados ao Banco Cruzeiro do Sul S.A. por meio do próprio Banco Cruzeiro do Sul S.A., ou de instituição conveniada com este;
- o repasse mensal para o Banco Cruzeiro do Sul S.A. pode ser, conforme o Ente Público Conveniado, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;
- ao receber os valores, o Banco Cruzeiro do Sul S.A. os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Públicos Conveniados, informando quais Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes. Em geral, a inadimplência decorre de exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;
- havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o Banco Cruzeiro do Sul S.A. questiona o Ente Público Conveniado e o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;
- apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e
- os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. são, por fim, repassados ao Fundo, no prazo de até 24 horas, contados do recebimento.

Os créditos inadimplidos serão objeto de cobrança pela Administradora que contará com o *know how* do Banco Cruzeiro do Sul S.A., que observará os seguintes procedimentos:

- se a cobrança amigável for frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;
- se a causa da inadimplência é a morte do Servidor Público, Aposentado ou Pensionista, busca-se cobrar do espólio, ou receber a indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao Fundo seja garantido por seguro; e
- se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Servidor Público, Aposentado ou Pensionista.

Abaixo a Administradora apresenta Quadro Explicativo que resume o fluxo das operações realizadas no Fundo:



CARACTERÍSTICAS DOS SACADOS

Conforme definido na política de Investimento, os sacados são servidores públicos efetivos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais, bem como aposentados e pensionistas do INSS.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

CONTRATO DE CESSÃO

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual o Fundo adquire os Direitos Creditórios, mediante o pagamento do Preço de Aquisição. No Contrato de Cessão, o Banco Cruzeiro do Sul S. A. não assumiu a obrigação pelo pagamento dos Direitos Creditórios. Ver seção “Da Cessão dos Direitos Creditórios”.

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no Relatório de Cessão, o Fundo pagará à vista ao cedente do Direito Creditório, em moeda corrente nacional, na data de Aquisição e pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma (taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios):

$$PA = VN / [(FatorDI) \times (FatorSpread)]^{Pm}$$

Onde :

PA : Preço de Aquisição

VN : Valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição

Fator DI: fator correspondente à Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorDI = [(DIf / 100) + 1]^{1/252}$$

Onde:

DIf = taxa de juros pré-fixada no período *N*, referenciada pela curva de futuros da BM&F, e expressa em base 252 dias úteis

N = número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = (Spread + 1)$$

Spread = Taxa percentual pactuada entre o Fundo e o BANCO CRUZEIRO DO SUL, a fim de garantir o *Benchmark*, acrescido de excedente.

Pm = prazo médio do lote de Direitos Creditórios que está sendo ofertado pela Cedente ao Fundo, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pm = \frac{\sum_{i=1}^n (NixVNi)}{\sum_{i=1}^n (VNi)}$$

CUSTÓDIA DOS ATIVOS DO FUNDO E ESCRITURAÇÃO DAS COTAS

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão é o responsável pela prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo. O Deutsche Bank é também o Agente Escriturador, responsável pelos serviços de escrituração das Cotas.

Conforme faculta o artigo 38, parágrafo 1º, da Instrução 356, o **CUSTODIANTE** analisará a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, a proporcionalidade em relação à diversificação de clientes, quantidade e valor médio dos Direitos Creditórios, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitável entre 5% e 10%.

Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Tolerável Aceitável

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

Exemplo numérico acerca da aplicação da fórmula acima:

POPULAÇÃO TOTAL	TAMANHO DA AMOSTRA	ERRO ESTIMADO	FATOR AMOSTRAL	POPULAÇÃO TOTAL	TAMANHO DA AMOSTRA	ERRO ESTIMADO	FATOR AMOSTRAL
10	9,0909	10%	100	10,00	9,7561	5%	400
100	50,0000	10%	100	100	80,0000	5%	400
1.000	90,9091	10%	100	1.000	285,7143	5%	400
10.000	99,0099	10%	100	10.000	384,6154	5%	400
100.000	99,9001	10%	100	100.000	398,4064	5%	400
1.000.000	99,9900	10%	100	1.000.000	399,8401	5%	400
10.000.000	99,9990	10%	100	10.000.000	399,9840	5%	400
100.000.000	99,9999	10%	100	100.000.000	399,9984	5%	400
1.000.000.000	100,0000	10%	100	1.000.000.000	399,9998	5%	400

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As cotas seniores destinadas à oferta pública têm sua classificação de risco atribuída pela Moody's América Latina Ltda., a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Cotas será revisada trimestralmente e divulgada aos cotistas na forma prevista no Regulamento.

EMPRESA DE AUDITORIA

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e pela análise de sua situação e da atuação da Administradora.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

A distribuição das cotas do Fundo será realizada pela própria Administradora, a qual será auxiliada pelo originador dos Direitos Creditórios, ou seja, o Banco Cruzeiro do Sul S.A.

A referida distribuição será realizada em regime de melhores esforços, não havendo qualquer custo para o Fundo.

RELACÃO ENTRE OS PARTICIPANTES (RELAÇÕES SOCIETÁRIA E CONFLITO DE INTERESSES)

A CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM presta serviço de administração do Fundo e distribuição de suas quotas. Administra, ainda, os outros fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDCs").

A gestão da carteira dos FIDCs administrados pela Cruzeiro do Sul S.A. DTVM é realizada pela BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., assim esta é a empresa responsável pela gestão de recursos de terceiros do Grupo Cruzeiro do Sul e gestora do Fundo.

A CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM e a BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. são empresas controladas, indiretamente, pela mesma pessoa física, qual seja, Sr. Luis Felipe Indio da Costa. Tal fato não gera conflito de interesse entre as partes.

O Originador, Banco Cruzeiro do Sul S/A, é sociedade anônima de capital aberto (controlada por Luis Felipe Indio da Costa).

O DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO é o responsável pela escrituração das quotas, custódia e liquidação dos ativos de todos os FIDCs administrados pela CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM.

A KPMG AUDITORES INDEPENDENTES é a responsável pela auditoria de todos os FIDCs administrados pela CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM.

Não existe relação societária, entre si, bem como entre as sociedades supramencionadas e o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, a Moody's América Latina Ltda., a KPMG Auditores Independentes e o FreitasLeite, Fagundes Advogados, bem como não há conflito de interesses entre as partes.

As informações acerca da remuneração dos serviços prestados poderá ser encontrada no Regulamento e Prospecto dos FIDCs supramencionados, os quais se encontram disponíveis em www.cvm.gov.br.

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante mantêm relacionamento comercial em razão da Administradora ser administradora de outros fundos de investimento, que têm como custodiante o Custodiante.

Além do relacionamento descrito acima, os participantes não possuem relações comerciais consistentes em empréstimos ou contratos diversos dos referentes ao relacionamento acima descrito.

DECLARAÇÕES DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

Encontra-se registrada sob nº. 1.020.047, na data de 10.05.2005, no 6º Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro - RJ, declaração conjunta da Administradora e da Gestora do Fundo, que tem o seguinte teor:

"DECLARAÇÃO: CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.382.908/0001-64, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is), na qualidade de responsável pela atividade de administração do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BCSul Verax Crédito Consignado II, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Av. Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar, parte, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.238.838/0001-67 ("FUNDO") e BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 146, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.917.347/0001-17, neste ato representada na forma de seu contrato social, por seu(s) representante(s) legal(is), na qualidade de responsável pela atividade de gestão da carteira do FUNDO, DECLARAM que não se encontram em situação de conflito de interesses no exercício de suas funções, manifestando independência nas atividades, respectivas, de administração do FUNDO e de gestão de sua carteira. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2005. (aa) CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (aa) BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

FATORES DE RISCO

A aplicação de recursos no Fundo, bem como a carteira de ativos estão sujeitos a diversos riscos, dentre os quais destacamos:

RISCO DE CRÉDITO

Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas.

RISCO DE LIQUIDEZ

Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Administradora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos cotistas do Fundo, nos valores solicitados e nos prazos contratados.

RISCO DE DERIVATIVOS

Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do Fundo, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

RISCO DE MERCADO

Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das cotas e perdas aos cotistas.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

A Administradora buscará diversificar a carteira do Fundo. No entanto, a política de investimento do Fundo admite a aquisição e/ou manutenção na carteira do Fundo direitos creditórios de apenas um emissor nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do Fundo. O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações.

RISCO DE DESCASAMENTO

Os direitos creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as cotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"), conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 12 do Regulamento. Por esta razão, a Administradora, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a Administradora não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do Fundo poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as cotas, inclusive seniores.

RISCOS ASSOCIADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo serão descontados pelo Ente Conveniado dos vencimentos do Servidor Público e das aposentadorias e pensões dos Aposentados e Pensionistas. Assim, caso o Servidor Público se desligue do cargo ou função, tal desconto poderá ser dificultado, tendo em vista a existência de um limite máximo de desconto estabelecido para estas hipóteses. Ademais, a capacidade de pagamento do Servidor Público, Aposentado ou Pensionista poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, estes forem obrigados a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo/financiamento para fins de desconto em folha de pagamento, ou, também por força de decisão judicial, de qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo/financiamento para fins de consignação em folha de pagamento. Ainda, a morte do Servidor Público, Aposentado ou Pensionista interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo/financiamento, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo/financiamento apenas o patrimônio deixado pelo de cujus, que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Servidor Público, Aposentado ou Pensionista pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo/financiamento contraído, o que pode afetar a rentabilidade do Fundo.

RISCO OPERACIONAL DE COBRANÇA, RISCO DO ORIGINADOR E RISCO DE FLUXO FINANCEIRO:

A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são realizadas pelo BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A., com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. ou do INSS para que as parcelas dos empréstimos concedidos aos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Servidores Públicos, ou o INSS dos vencimentos dos Aposentados e Pensionistas, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período e repassam os valores descontados ao BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. por meio do banco oficial do Ente Público Conveniado do INSS, ou de instituição conveniada com este. Em seguida, tais valores são repassados pelo BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. ao Fundo, no prazo de até 24 horas, contado de tal recebimento. Assim, O Fundo está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação do Banco Cruzeiro do Sul S.A.: (i) somente se esses eventos ocorressem na mesma data do pagamento desses recursos pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS, e; (ii) apenas em relação aos recursos repassados pelos Entes Públicos Conveniados ou pelo INSS no dia de uma eventual intervenção ou liquidação do Banco Cruzeiro do Sul S.A. Ainda assim, nos termos da Lei nº. 6.024, de 13 de março de 1974, não haveria que se falar, em nenhuma hipótese, em apropriação ou incorporação aos ativos do Banco Cruzeiro do Sul, ou de sua massa, em intervenção ou liquidação, dos ativos de titularidade de terceiros, tais como os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, recebidos dos Entes Públicos Conveniados ou do INSS.

RISCO DA COBRANÇA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Em se verificando a inadimplência do Servidor Público, Aposentado ou Pensionista nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Há ainda, a possibilidade de que o Fundo em virtude do não repasse do montante dos créditos cedidos ao Fundo por parte do Ente Conveniado ou da instituição conveniada com estes. Não há, contudo, garantias de que, em qualquer dessas hipóteses anteriores, referidas cobranças atingirão os resultados almejado, nem de que o Fundo recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo.

RISCO DOS ENTES PÚBLICOS CONVENIADOS E DO INSS

Os empréstimos/financiamentos contraídos pelos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Conveniado a que o Servidor Público, Aposentado ou Pensionista é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou o não pagamento dos vencimentos dos Servidores Públicos, bem como o não pagamento das aposentadorias e pensões dos Aposentados e Pensionistas. É possível também a ocorrência de atrasos ou o não repasse do montante desses vencimentos, aposentadorias e pensões por parte do Ente Conveniado ou da instituição conveniada com o Ente Conveniado para esse fim. Nestas hipóteses, a carteira do Fundo pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.

RISCO DE SISTEMAS

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos/financiamentos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Conveniado, ou de instituição conveniada com o Ente Conveniado para esse fim, não tendo a Administradora controle sobre tais processamentos. Assim, qualquer falha ou alteração nestes sistemas pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos,

Aposentados ou Pensionistas ou o seu repasse ao Fundo. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

RISCO DE SOBRECARGA DO SISTEMA DO INSS

Empréstimos/financiamentos a Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas do INSS é uma modalidade nova de empréstimos/financiamentos com Consignação em Folha de Pagamento. O número desses empréstimos/financiamentos vem aumentando significativamente. Por tais motivos, e pelo fato de que o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos/financiamentos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do próprio INSS, também não tem a Administradora controle sobre tal processamento. Assim, em razão do crescente aumento do número desses empréstimos/financiamentos com descontos em folha, do fato de que se trata de uma modalidade nova de empréstimos/financiamentos consignados, qualquer falha, alteração, ou defeito ainda não acusado no sistema do INSS pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, ou o seu repasse ao Fundo. Hipótese em que também a rentabilidade e o patrimônio do Fundo podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

RISCO DO CONVÊNIO

O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos/financiamentos concedidos aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas é viabilizado por convênios celebrados entre o BANCO e os Entes Públicos Conveniados, dentre os quais o INSS. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o Fundo, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do Fundo, o que lhe pode ser prejudicial.

RISCOS DO MERCADO SECUNDÁRIO

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das cotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

RISCO DE DESCONTINUIDADE

A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos de Crédito nos termos do Contrato de Cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.

DEMAIS RISCOS

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

AVALIAÇÃO DE RISCO (RATING)

As cotas seniores da 4ª série são avaliadas pela empresa Moody's América Latina Ltda. e, atualmente, recebem uma classificação de risco preliminar Aaa.Br. Trimestralmente, a Moody's faz a revisão do *rating* das cotas seniores.

As cotas seniores do Fundo referentes às 1ª a 34ª séries de possuem classificação de risco Aaa.Br pela Moody's América Latina Ltda.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de cotas do Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

- comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e será mantida disponível para os cotistas na sede da Administradora e nas instituições que coloquem cotas do Fundo, e
- envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de

risco.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Patrimônio líquido do Fundo é a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

Os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a verificação do valor de mercado dos ativos do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do Fundo, levando em consideração volume, obrigação e prazo; e
- na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ativos do Fundo classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

VALORIZAÇÃO E RENTABILIDADE DAS COTAS

As cotas do Fundo serão valorizadas todo dia útil e o descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo será atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas, que uma vez excedida, a inadimplência será atribuída às cotas seniores.

Na hipótese do Fundo atingir o *benchmark* definido na Política de Investimento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às cotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das cotas seniores.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, nos termos do disposto no Regulamento do Fundo, e serão utilizados para novos investimentos pelo Fundo. Os cotistas serão remunerados pela valorização patrimonial de suas cotas.

PROCEDIMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO (APLICAÇÕES/RESGATES)

As cotas do Fundo somente poderão ser resgatadas ao final do período de duração, ou antecipadamente nos casos de amortização ou liquidação deliberadas em Assembléia Geral de Cotistas.

Não haverá direito de preferência para os cotistas da 4ª Série do Fundo, ou para os cotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 4ª Série, na aquisição de cotas de eventuais novas séries de cotas que possam vir a ser emitidas pelo Fundo.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

Investimento Inicial:	R\$ 25.000,00
Investimentos Adicionais:	R\$ 25.000,00
Saldo mínimo:	Não há, uma vez que não é possível fazer resgates.

Aplicação: D+1 (valor da cota de mesma classe referente ao dia útil subseqüente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências).

Resgate: Por se tratar de Fundo fechado, não haverá resgate de cotas, a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo, a última amortização de uma dada série de cotas ou de sua liquidação, ocasião em que se utilizará **D+1** (valor da cota de mesma classe referente ao dia útil subseqüente ao dia do pagamento respectivo);

O Fundo não efetuará resgates e aplicações em sábados, domingos ou em dias não úteis. Entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro ou nas Cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde se localiza a sede da Administradora, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO, RESGATE E AMORTIZAÇÃO

A integralização, a amortização e o resgate de cotas do Fundo podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Nestas datas as cotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Para o cálculo do número de cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Na emissão de quotas seniores do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da quota de fechamento do dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As cotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as cotas seniores, conforme disposto no Regulamento.

A amortização das cotas subordinadas ficará a critério da Administradora e deverá obedecer ao cronograma previsto no item “4ª série de Cotas” deste Prospecto.

Caso a rentabilidade atribuída às cotas subordinadas resulte em mais de 25% do patrimônio do Fundo representado por cotas subordinadas, tais cotas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

- a partir da data da primeira integralização de cotas do Fundo, na data do MRV, a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização; e
- as cotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento, após comunicação e concordância dos cotistas subordinados.

As cotas do Fundo poderão ser custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, mediante o registro das cotas na propriedade fiduciária da CBLC.

As cotas seniores representativas do patrimônio do Fundo terão registro para negociação no mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, não podendo ser alienadas fora do âmbito de mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Os pagamentos de amortizações e resgates serão realizados respeitados os procedimentos adotados pela CBLC ou, na hipótese do cotista não estar vinculado ao sistema da CBLC, pela instituição financeira contratada para este fim.

A amortização das cotas de quaisquer das séries do Fundo poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de cotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do Fundo à sua política de investimento, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios.

DA EMISSÃO DE NOVAS COTAS

A critério da Administradora, novas cotas do Fundo, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos cotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. As novas cotas poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

Não há previsão no Regulamento, entretanto, de direito de preferência para os cotistas do Fundo na aquisição das eventuais novas cotas emitidas.

Poderá ser realizada a distribuição concomitante de séries distintas de cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no Regulamento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Cotas, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Os créditos dos titulares das cotas seniores contra o patrimônio líquido do Fundo são iguais entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das séries de cotas seniores.

O Fundo somente poderá emitir novas séries de cotas seniores, desde que, computada, “pro forma”, a integralização, total ou parcial, da respectiva série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Índice de Solvência, mencionado adiante, seja igual ou superior a 1,00.

4ª SÉRIE DE COTAS

A 4ª série de cotas será composta por até 15.000 cotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00.

A 4ª série possui um prazo de 48 meses contados da data do início da distribuição pública das cotas seniores e um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 108% (cento e oito por cento) da taxa dos Depósitos

Interfinanceiros ("DI") de 1 dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do Fundo, da Administradora ou da Gestora acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo.

Na subscrição de cotas deve ser utilizado o valor da cota do primeiro dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

A Administradora poderá providenciar a emissão de cotas subordinadas do Fundo a qualquer tempo, a fim de restabelecer a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo de 75%, ou seja, a relação que garante que o Fundo deverá ter 25% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou terem sua integralização feita com Direitos Creditórios, que se enquadrem na política de investimento do Fundo.

Observado as disposições do Regulamento, a partir do 33º mês, contado da data da primeira aplicação de quotas seniores da 4ª série, tanto as cotas seniores como as subordinadas do Fundo terão seus valores amortizados trimestralmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

33º mês	36º mês	39º mês	42º mês	45º mês	48º mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

Não obstante o disposto na tabela acima, a amortização das cotas subordinadas ficará a critério da Administradora.

O pagamento das amortizações e do resgate mencionado abaixo, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e juros e deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

O resgate das cotas seniores e subordinadas se dará no 48º mês, conforme demonstrado na tabela acima.

Enquanto existirem cotas seniores em circulação, o Fundo obrigatoriamente deverá observar:

- o Índice de Solvência, conforme definido no Regulamento e neste Prospecto, referente a cada Série em Circulação, deverá ser igual ou superior a 1,00;
- a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo de 75%, ou seja, a relação que garante que o Fundo deverá ter 25% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas;
- a Reserva de Amortização, conforme definido no artigo 17 do Regulamento e neste Prospecto deverá ser equivalente ao valor mínimo definido para cada série de cotas seniores do Fundo.

Os valores acima mencionados serão apurados diariamente pelo Custodiante.

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas, se o patrimônio líquido do Fundo assim o permitir e uma vez verificado pela Administradora que foi ultrapassado o percentual de 25% na relação que procura garantir que o Fundo deverá ter 25% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas, a partir do 1º mês contado da primeira Data de Subscrição Inicial, desde que:

- seja realizada após a amortização da totalidade das cotas seniores prevista para aquele trimestre, nos termos previsto neste Prospecto e no artigo 53 do Regulamento;
- considerada, *pro forma*, a amortização de cotas subordinadas pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente:
 - ✓ a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no *caput* do artigo 54 do Regulamento, ou seja: i) o Índice de Solvência, de que trata o artigo 19 do Regulamento, referente a cada Série em Circulação, deverá ser igual ou superior a 1,00; ii) a relação referente ao valor das cotas seniores, ou seja, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo deverá ser, no máximo, de 75%; a Reserva de Amortização de que trata este Prospecto e o artigo 17 do Regulamento deverá ser equivalente ao valor mínimo definido para cada série de cotas seniores do Fundo, e
 - ✓ o Índice de cotas subordinadas, mencionado neste Prospecto e apurado na forma do parágrafo 1º do artigo 55 do Regulamento, deverá ser igual ou superior a 1,67.

As cotas da 4ª série deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos na deliberação de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução 356.

Na subscrição das cotas representativas do patrimônio do Fundo que ocorrer em data diferente da Data de

Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da cota do primeiro dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Será admitida a integralização de cotas subordinadas do Fundo, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do Fundo. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela Administradora, bem como no anúncio de início de distribuição de cotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das cotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

O preço de subscrição das cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 3.000 cotas seniores, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de cotas do Fundo. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo de 180 dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 8º, parágrafo 1º e incisos I a VIII, da Instrução 356.

A Administradora deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo de 75%, ou seja, a relação que garante que o Fundo deverá ter 25% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas.

MECANISMOS DE MONITORAMENTO DE RISCO DA 4ª SÉRIE

Não obstante as regras da política de investimento e concentração de investimentos do Fundo, o Regulamento do Fundo prevê, ainda, para a 4ª série de cotas regras e determinações a serem seguidas pela Administradora, dentre as quais destacamos: (i) Índice de Solvência; (ii) Índices de Cotas Subordinadas; e (iii) Reserva de Amortização.

Cumpra esclarecer que a observância do Índice de Solvência, Índices de Cotas Subordinadas, e Reserva de Amortização a seguir detalhados, não constituem promessa do Fundo e/ou da Administradora de rendimentos ou de garantia de pagamento das amortizações de cotas, razão pela qual as cotas serão amortizadas somente se os resultados e a liquidez da carteira do Fundo assim o permitirem.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Como forma de assegurar liquidez dos ativos para pagamentos de despesas e futuras amortizações, da totalidade das cotas distribuídas e integralizadas da 4ª série de cotas do Fundo, enquanto existirem cotas seniores em circulação, o patrimônio líquido do Fundo deverá observar, em caráter pro-forma, Índice de Solvência igual ou superior a 1,00 em cada Data de Subscrição Inicial, conforme definida abaixo, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (o "Índice de Solvência do Fundo" ou "ISF"):

$$ISF = \frac{[OA + DC]}{[VAP + RC]}$$

onde:

- *OA: Outros Ativos do Fundo, que não constituam Direitos Creditórios, incluindo os recursos do Fundo em moeda corrente nacional;*
- *DC: corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios referentes a contratos de empréstimos adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 5º dia útil imediatamente anterior à data de amortização subsequente;*
- *VAP: corresponde ao Valor de Amortização Previsto de todas as Séries de cotas seniores para a data de amortização de cotas seniores mais próxima; e*
- *RC: corresponde ao percentual a título de Reserva de Caixa da respectiva série de cotas seniores.*

O Índice de Solvência deverá ser calculado pelo Custodiante todo dia útil, a contar da primeira data de subscrição inicial.

Caso a Administradora verifique que o Índice de Solvência calculado seja menor que 1,00, a Administradora comunicará tal fato ao Banco Cruzeiro do Sul S. A., solicitando que subscreva, no prazo de 30 dias corridos contados do recebimento da comunicação da Administradora, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o valor mínimo do Índice de Solvência.

ÍNDICE DE COTAS SUBORDINADAS

Enquanto existirem Cotas seniores da 4ª série em circulação, o Fundo manterá "Índice de Cotas Subordinadas" ou "IQSB" em valor igual ou superior a 1,67, que deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula (o "IQSB"):

$$IQSB = \frac{\{[DI \times (1 + SPREAD)] \times (1 - RC) + (RC \times DI)\}}{(BENCHMARK) \times (PQS)}$$

onde:

- *DI: Taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP;*
- *SPREAD: Taxa de cessão mínima a que se obrigaram a praticar o Banco Cruzeiro do Sul S.A. e o Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, expressa na forma de percentual;*
- *RC: Reserva de Caixa, expressa na forma de percentual;*
- *BENCHMARK: Benchmark do Fundo, correspondente a 108% do DI, e expresso na forma de percentual ao ano, e;*
- *PQS: Percentual correspondente à relação entre o valor das Cotas Seniores e o Patrimônio Líquido do Fundo, na data do "Relatório Mensal de Verificação" ou "RMV".*

Caso a Administradora verifique que, por ocasião de uma dada verificação mensal, o valor do índice do IQSB for menor que 1,67, a Administradora comunicará tal fato ao Banco Cruzeiro do Sul S.A., solicitando que subscreva, no prazo de 30 dias corridos contados do recebimento da comunicação da Administradora, tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer o valor mínimo do Índice de IQSB.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, aqui denominadas como "Eventos de Avaliação", caberá à Administradora, ao Custodiante, ou aos cotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela Administradora, delibere sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos cotistas:

- inobservância pela Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo II do Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo Custodiante;
- renúncia da Administradora à administração do Fundo;
- inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 horas do recebimento da referida notificação;
- aquisição reiterada, pela Administradora, de Direitos Creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, verificada pelo Custodiante;
- rebaixamento da classificação de risco inicial de qualquer Série de cotas do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;
- não subscrição, por qualquer motivo, pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A., uma vez decorrido o prazo de 30 dias corridos contados do recebimento da comunicação da Administradora, de tantas cotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo de 75%, ou seja, da relação que garante que o Fundo deverá ter 25% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas.
- inobservância pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Banco Cruzeiro do Sul S.A. não o fizer no prazo de 10 dias, contados do recebimento da referida notificação;
- não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das cotas seniores;
- caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias;
- caso o Fundo deixe de atender ao "Índice de Cotas Subordinadas" mínimo, tal como previsto neste Prospecto e no parágrafo 1º do artigo 55 do Regulamento.
- renúncia do Custodiante;
- caso o Banco Cruzeiro do Sul S.A. deixe de atender aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, na forma como dispõe a Resolução 2.099, de 26 de agosto de 1999, do Banco Central do Brasil, por três meses consecutivos, por ocasião da verificação mensal do desempenho da Carteira do Direitos Creditórios pelo Custodiante;
- ocorrência de qualquer dos Eventos de Rescisão previstos no Contrato de Cessão;

- caso, na forma do artigo 16 do Regulamento, o **NA-0**, **NA-30**, **NA-120** ou **NA-180** da totalidade da carteira de direitos creditórios apurado pelo Custodiante em 3 datas do RMV consecutivas, seja superior a, respectivamente, 20,00%, 10,00%, 3,00% e 2,00% , ou seja, caso o Custodiante, que, todo mês, na data do RMV, verifica o nível de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo, mediante o cálculo dos Níveis de Adimplência (os “NA”), verificar que:
 - ✓ por três meses consecutivos, o percentual do somatório do valor nominal dos direitos creditórios vencidos até a data de um dado RMV e não pagos até 30 dias (“NA-0”), em relação ao patrimônio líquido do Fundo, seja superior a 20,00%, ou;
 - ✓ por três meses consecutivos, o percentual do somatório do valor nominal dos direitos creditórios vencidos até a data de um dado RMV e não pagos de 31 a 120 dias (“NA-30”) , em relação ao patrimônio líquido do Fundo, seja superior a 10,00%, ou;
 - ✓ por três meses consecutivos, o percentual do somatório do valor nominal dos direitos creditórios vencidos até a data de um dado RMV e não pagos de 121 a 180 dias (“NA-120”), em relação ao patrimônio líquido do Fundo, seja superior a 3,00%, ou;
 - ✓ por três meses consecutivos, o percentual do somatório do valor nominal dos direitos creditórios vencidos até a data de um dado RMV e não pagos há mais de 181 dias (“NA-180”), em relação ao patrimônio líquido do Fundo, seja superior a 2,00%.
- caso a “Taxa DI”, divulgada pela CETIP (CDI Extra Grupo) seja maior ou igual a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior.
- se houver rescisão do Contrato de Custódia, ou do contrato de guarda dos documentos que amparam os direitos creditórios, se houver, e não tenha sido deliberado pelos cotistas, reunidos em Assembleia Geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo;
- caso o Fundo deixe de atender ao Índice de Solvência ou ao RC, tais como definidos neste Prospecto e no Regulamento, e i) tal evento não seja sanado ou ii) não tenham sido iniciados os procedimentos de re-enquadramento definidos no Regulamento, até a data do RMV seguinte à data do RMV em que se verificar o tal desenquadramento.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

O Fundo será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Entretanto, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo caso ocorra qualquer dos eventos a seguir descritos.

- por deliberação de assembleia geral de cotistas, nas hipóteses descritas nos artigos 51, parágrafo único, III, letra “c” e artigo 8º, II, “b”, ambos do Regulamento;
- se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00, pelo período de 3 meses consecutivos e não for incorporado a outro Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;
- caso o Banco Cruzeiro do Sul S.A. deixe de comunicar à Administradora e/ou ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação;
- se houver amortização de cotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento, e;
- se houver decretação de Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Regime Especial de Administração Temporária - RAET do Banco Cruzeiro do Sul S.A..

Ocorrendo qualquer dos casos descritos acima, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá notificar os cotistas; suspender imediatamente o pagamento de qualquer parcela de amortização em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e convocar, no prazo de 5 dias, uma assembleia geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 dias, para que os cotistas deliberem, sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas.

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS

A distribuição pública das cotas seniores da 4ª série será realizada pela Administradora e pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A., em regime de melhores esforços e nos termos da Declaração constante do Anexo IV ao presente Prospecto.

De acordo com o parágrafo único do artigo 45 do Regulamento do Fundo, as cotas seniores representativas do seu

patrimônio terão registro para negociação no mercado secundário na Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP.

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 54ª SÉRIE	
1) Porcentagem em relação ao preço unitário da distribuição:	Não há.
2) Comissão de Colocação:	Não há.
3) Outras Comissões (especificar):	Não há.
4) Custo Unitário de Distribuição:	Não há.
5) Despesas decorrentes do Registro:	R\$ 82.870,00
6) Outros custos relacionados:	
a) Auditoria:	Não há
b) Classificação de risco:	R\$ 5.000,00
c) Estruturação:	Não há.

COTAÇÃO EM BOLSA DE VALORES / MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE	
Mês	Cotação (último dia útil de cada mês)
Fevereiro/2006	R\$ 11.933,13051800
Janeiro/2006	R\$ 11.785,33582026
Dezembro/2005	R\$ 11.602,86757683
Novembro/2005	R\$ 11.418,31896177
Outubro/2005	R\$ 11.247,71544464
Setembro/2005	R\$ 11.076,73902010

COTAÇÃO EM BOLSA DE VALORES / MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO DAS COTAS SENIORES DA 2ª SÉRIE	
Mês	Cotação (último dia útil de cada mês)
Maio/2006	R\$ 10.749,722618870
Abril/2006	R\$ 10.601,911420840
Março/2006	R\$ 10.478,710969400
Fevereiro/2006	R\$ 10.318,784220310
Janeiro/2006	R\$ 10.192,140057810
Dezembro/2005	R\$ 10.035,763205150

COTAÇÃO EM BOLSA DE VALORES / MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO DAS COTAS SENIORES DA 3ª SÉRIE	
Mês	Cotação (último dia útil de cada mês)
Janeiro/2007	R\$ 10.891,10003451
Dezembro/2006	R\$ 10.764,40246832
Novembro/2006	R\$ 10.650,10682104
Outubro/2006	R\$ 10.533,05009661
Setembro/2006	R\$ 10.409,09657184
Agosto/2006	R\$ 10.290,93554249

QUADRO COMPARATIVO ENTRE O PREÇO DE EMISSÃO DAS COTAS SENIORES E SUBORDINADAS X PREÇO DE AQUISIÇÃO PELOS ADMINISTRADORES / CONTROLADORES / DETENTORES DE OPÇÃO DE COMPRA DAS COTAS DO FUNDO (DESDE A CONSTITUIÇÃO ATÉ JANEIRO/2007)				
DATA	PREÇO DE EMISSÃO DAS COTAS SENIORES DO FUNDO	PREÇO DE EMISSÃO DAS COTAS SUBORDINADAS DO FUNDO	PREÇO DE AQUISIÇÃO PELOS ADMINISTRADORES / CONTROLADORES / DETENTORES DE OPÇÃO DE COMPRA DAS COTAS SENIORES DO FUNDO	PREÇO DE AQUISIÇÃO PELOS ADMINISTRADORES / CONTROLADORES / DETENTORES DE OPÇÃO DE COMPRA DAS COTAS SUBORDINADAS DO FUNDO
24.03.2005 (1ª SÉRIE)	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
23.12.2005 (2ª SÉRIE)	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,0	
23.06.2006 (3ª SÉRIE)	R\$ 10.000,00		R\$ 10.000,00	

1ª SÉRIE

PREÇO DAS COTAS SENIORES NA DATA DA EMISSÃO (A)	PREÇO DAS COTAS SUBORDINADAS NA DATA EMISSÃO (B)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SENIORES (31.01.2007) (C)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SUBORDINADAS (31.01.2007) (D)	DIFERENÇA ENTRE C E A	DIFERENÇA ENTRE D E B
R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 11.414,85	R\$ 14.073,97	R\$ 1.414,85	R\$ 4.073,97

2ª SÉRIE

PREÇO DAS COTAS SENIORES NA DATA DA EMISSÃO (A)	PREÇO DAS COTAS SUBORDINADAS NA DATA EM 23.12.2005* (B)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SENIORES (31.01.2007) (C)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SUBORDINADAS (31.01.2007) (D)	DIFERENÇA ENTRE C E A	DIFERENÇA ENTRE D E B
R\$ 10.000,00	R\$ 12.238,85	R\$ 11.829,90	R\$ 14.073,97	R\$ 1.829,90	R\$ 1.835,12

*DA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO DA 2ª SÉRIE

3ª SÉRIE

PREÇO DAS COTAS SENIORES NA DATA DA EMISSÃO (A)	PREÇO DAS COTAS SUBORDINADAS NA DATA EM 23.06.2006* (B)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SENIORES (31.01.2007) (C)	VALOR PATRIMONIAL DAS COTAS SUBORDINADAS (31.01.2007) (D)	DIFERENÇA ENTRE C E A	DIFERENÇA ENTRE D E B
R\$ 10.000,00	R\$ 12.039,31	R\$ 10.891,10	R\$ 14.073,97	R\$ 891,10	R\$ 2.034,66

*DA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO DA 3ª SÉRIE

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS DA 4ª SÉRIE

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: 02 DE MARÇO DE 2007.

DATA DE ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO: A distribuição da 4ª série deverá ser integralmente subscrita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 01 de março de 2007. A critério da Administradora, atingido o patamar mínimo de distribuição de 2.500 cotas seniores, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de cotas do Fundo. O saldo não colocado será cancelado antes do prazo de 180 dias supramencionado.

POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO: A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via correio eletrônico, publicação no Jornal da Manhã, ou através do Serviço de Atendimento ao Cotista.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do Fundo e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de cotas do Fundo.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de cotas do Fundo será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Jornal da Manhã.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

A Administradora poderá utilizar a faculdade prevista no artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução 400, o qual dispõe que "A quantidade de valores mobiliários a serem distribuídos poderá, a critério do ofertante e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da oferta, ser aumentada, até um montante que não exceda em 20% (vinte por cento) a quantidade inicialmente requerida (...)"

DA ADMINISTRADORA

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - b) o registro dos quotistas;
 - c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - d) o livro de presença de quotistas;
 - e) o Prospecto do Fundo;
 - f) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo;
 - h) os relatórios do auditor independente;

- receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo;
- custear as despesas de propaganda do Fundo;
- fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- em conformidade com contrato celebrado com o Custodiante, efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, podendo atribuir ao Banco a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios;
- monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos índices e critérios referidos no Regulamento, e;
- divulgar à Agência Classificadora de Risco de cada série de quotas seniores, mensalmente, os índices e parâmetros referidos neste Regulamento.

Relativamente à primeira série de quotas do Fundo, representativa do Patrimônio Inicial, para fins dos incisos X e XI deste artigo, a Administradora, sem prejuízo do monitoramento e da divulgação de outros índices e parâmetros estabelecidos neste Regulamento:

- monitorará o cumprimento integral pelo Fundo do Índice de Solvência, de que trata o artigo 19, da Reserva de Caixa, prevista no artigo 57, do Índice de Quotas Subordinadas, mencionado no parágrafo 1º do artigo 55, da Reserva de Amortização, de que trata o artigo 56, e dos Limites de Concentração, previstos no artigo 15 no Regulamento, e;
- divulgará, em cada 10º (décimo) dia útil de cada mês (a data do “Relatório Mensal de Verificação” ou “a data de RMV”), à Agência Classificadora de Risco, o Índice de Solvência, a Reserva de Caixa, o Índice de Quotas Subordinadas, a Reserva de Amortização e os relatórios mensais de grupos de Entes Públicos Conveniados Concentrados, Ordinários e Restritos de que trata o artigo 15, caput e parágrafo 1º, deste Regulamento.
- A divulgação das informações previstas no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da Administradora pela regularidade na prestação destas informações.

É vedado à Administradora:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e
- efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o artigo 21 deste Regulamento.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;
- aplicar recursos diretamente no exterior;
- adquirir quotas do próprio Fundo;
- pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;
- vender quotas do Fundo a prestação;
- vender quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;
- prometer rendimento predeterminado aos quotistas;
- fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;
- obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A Administradora, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da Administradora, no exercício das funções de administração do Fundo; ou b) pela liquidação antecipada do Fundo.

Do CUSTODIANTE

O Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;
- validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo;
- diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e
- observar para que somente as ordens emitidas pela Administradora e/ou pela Gestora, ou por seus

representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do Fundo.

SUBSTITUIÇÃO DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

O Custodiante poderá ser substituído mediante convocação de Assembleia Geral de Quotistas. A Agência Classificadora de Risco e demais prestadores de serviços do Fundo poderão ser substituídos a exclusivo critério da Administradora. Para que proceda à substituição ora referida, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para adaptar o Regulamento do Fundo.

TAXAS DO FUNDO

Taxa de Administração:	1,00% ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo.
Taxa de Performance:	Não tem.
Taxa de Ingresso:	Não tem.
Taxa de Saída:	Não tem.

A Taxa de Administração é calculada e provisionada por dia útil sobre o valor diário do patrimônio líquido do Fundo, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

DESPESAS DEDUTÍVEIS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além das taxas acima mencionadas, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de cotistas;
- taxas de custódia de ativos do Fundo;
- despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas;
- despesa com a taxa de registro na BOVESPA; e
- despesa com a anuidade na BOVESPA.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do Fundo, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IMPOSTO DE RENDA

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS COTISTAS

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das cotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias.

IMPOSTO DE RENDA

O imposto de renda aplicável ao cotista do Fundo tomará por base três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua consequente tributação: (i) a alienação de cotas; (ii) o resgate em virtude da

liquidação ou do término do prazo do Fundo; e (iii) a amortização de cotas do Fundo.

I. ALIENAÇÃO DE COTAS

Os ganhos auferidos na alienação de cotas do Fundo serão tributados: (i) quando o cotista for pessoa jurídica e a alienação for realizada dentro ou fora de bolsa, como ganhos líquidos em aplicação de renda variável, i.e., auto-recolhimento, pelo alienante, à alíquota de 15%, sobre o ganho líquido; e, (ii) quando o cotista for pessoa física e a alienação for realizada fora de bolsa, como ganhos de capital, i.e., auto-recolhimento, pelo alienante, à alíquota de 15%, sobre a diferença entre o valor de alienação das cotas e o seu valor de aquisição.

Adicionalmente, sobre os ganhos em ambiente de bolsa, haverá retenção do imposto de renda, à alíquota de 0,005%.

II. RESGATE EM VIRTUDE DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO OU DO TÉRMINO DE SEU PRAZO

Na situação de resgate de cotas em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas, sendo tributado na fonte, sob a responsabilidade da Administradora, conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, ocasionando a tributação na forma a seguir descrita.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, o prazo médio seja superior a 365 dias, o cotista será tributado conforme as seguintes alíquotas: (i) 22,5% para prazo de aplicação de até 180 dias; (ii) 20% para prazo de aplicação de 181 dias a 360 dias; (iii) 17,5% para prazo de aplicação de 361 dias a 720 dias e (iv) 15% para prazo de aplicação superior a 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, o prazo médio seja igual ou inferior a 365 dias, o cotista será tributado à alíquota de 20%, ou, caso o resgate/liquidação ocorra em prazo inferior a 180 dias, à alíquota de 22,5%.

III. AMORTIZAÇÃO DE COTAS

No caso de amortização de cotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, exclusivamente em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

BREVE HISTÓRICO DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. (ORIGINADOR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS)

O Banco Cruzeiro do Sul é uma instituição financeira (banco múltiplo) controlada pelo Sr. Luis Felipe Indio da Costa e por seu filho, Sr. Luis Octavio A. L. Indio da Costa, que detêm 70,0% e 30,0%, respectivamente, do capital social do banco.

Em 1993, a família Indio da Costa adquiriu o Banco Cruzeiro do Sul do Grupo Pullman e, em dezembro de 1993, ingressou no mercado de crédito ao consumidor mediante a obtenção de uma licença para oferecer crédito consignado a funcionários do Exército Brasileiro. Atualmente, é parte de 279 convênios para oferecer créditos consignados a funcionários públicos, aposentados e pensionistas em todo o Brasil.

O Banco Cruzeiro do Sul é um dos bancos líderes do Brasil no segmento de crédito ao consumidor com desconto em folha de pagamento, conhecido como crédito consignado. Em 2006, produziu R\$1.614,8 milhões em créditos consignados, apresentando um crescimento de 67,7% com relação ao volume produzido em 2005, de R\$963,1 milhões. O saldo de sua Carteira de Crédito Total era de R\$2.502,1 milhões em 31 de dezembro de 2006, sendo que 93,6% desse total correspondiam à parcela de seus créditos consignados, de R\$2.341,0 milhões. Processa, em média, 3.000 contratos de empréstimo consignado por dia em 2006, e tem capacidade para processar uma média diária de 20.000 operações dessa natureza.

Em 2004 ingressou no segmento de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") e, em 2005, lançou um cartão de crédito que utiliza o mesmo método de cobrança do crédito consignado.

Em 31 de dezembro de 2006, mantinha 279 acordos para concessão de crédito consignado com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, inclusive o INSS, e cerca de 641.000 clientes neste segmento. Está presente em todas as regiões do Brasil e a distribuição de seus produtos no segmento de crédito consignado é realizada principalmente através de uma rede de correspondentes bancários que, em 31 de dezembro de 2006, compreendia 281 empresas.

Desde 2003, passou a atuar também no segmento de crédito para empresas de médio porte (*middle market*), oferecendo a empresas selecionadas crédito de curto prazo, usualmente atrelado a recebíveis. Em 31 de dezembro de 2006, tinha 126 clientes nesse segmento de crédito e uma carteira de R\$161,2 milhões. Atualmente, o segmento de *middle market* representa uma alternativa de negócios que pretende consolidar, mas não antecipa qualquer crescimento significativo nesse segmento.

Trata-se de sociedade anônima de capital aberto, devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários.

BREVE HISTÓRICO DA CRUZEIRO DO SUL S.A. DTVM

Trata-se de distribuidora de títulos e valores mobiliários constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Atualmente, seu patrimônio líquido ultrapassa R\$ 15 milhões. Seu quadro acionário é composto pela Bancred S.A. Investimentos e Participações, na qualidade de acionista controlador, bem como pela BCS Seguros S.A. e Sr. Luis Felipe Índio da Costa.

Está em fase de aprovação pelo Banco Central do Brasil, a alteração da estrutura societária da Cruzeiro do Sul S.A. DTVM. Na nova estrutura, o Banco Cruzeiro do Sul S.A. será detentor de 49,9% de suas ações, sendo que a BANCRED S.A. Investimentos e Participações será a detentora de 50,1% das ações.

A Cruzeiro do Sul S.A. DTVM é autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº. 8.282, de 12 de abril de 2005.

Além de administrar Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM também administra Fundo de Investimento e Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento, totalizando aproximadamente R\$ 1 bilhão em patrimônio administrado.

Portanto, desde 2005 a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM está focada na prestação de serviços de administração fiduciária de recursos de terceiros. Para tanto, sua estrutura foi desenvolvida seguindo todos os critérios de segregação física e estratégica (*chinese wall*) do Banco Cruzeiro do Sul S.A., atendendo assim as exigências das autoridades monetárias do país - BACEN e CVM.

BREVE HISTÓRICO DA BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

A BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda, é uma empresa de gestão e administração de títulos e valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 306 de 05.05.1999, conforme Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003. Seu principal foco de atuação está no aconselhamento e orientação financeira para investidores Pessoas Física e Jurídica através dos métodos de "asset allocation".

Empresa independente de gestão de recursos de terceiros, tem como maior objetivo a não incidência de conflito de interesse na seleção dos produtos de investimento que aloca a seus clientes, neste sentido atua com 15 diferentes instituições gestoras a fim de diversificar ao máximo as aplicações de seus clientes.

A gestão da empresa esta sob as responsabilidades dos sócios diretores Marcelo Xandó Baptista e Márcio Serra Dreher, profissionais oriundos das áreas de investimento e gestão de grandes instituições financeiras brasileiras e internacionais, onde adquiriram por mais de 8 anos a experiência de alocação de recursos para clientes de alto poder aquisitivo. A BCSul Verax conta ainda com a participação societária de Luis Felipe e Luis Octavio Índio da Costa que agregam à estrutura credibilidade e experiência refletida em mais de 40 anos de atuação no mercado financeiro brasileiro.

Possui uma estrutura operacional extremamente enxuta, composta por profissionais de alto nível técnico divididos em 3 equipes: comercial, responsável pela prospecção de clientes e atendimento a investidores; gestão, responsável pela análise, seleção e acompanhamento dos produtos de terceiros para composição das carteiras dos clientes da BCSul Verax e operacional, que atua na elaboração de relatórios de performance e no atendimento ao quotista.

A partir de novembro de 2003, a BCSul Verax passou a dedicar-se também a estruturação e análise de operações de securitização de ativos de crédito utilizando-se das ferramentas como FIDCs - Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios, CCBs - Cédulas de Crédito Bancário, CRIs - Certificado de Recebíveis Imobiliários, entre outras.

Tem atualmente sob sua gestão ativos de, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões.

BREVE HISTÓRICO DO DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO

O Deutsche Bank S.A. é uma subsidiária integral do Deutsche Bank AG*. O banco, através de seus Serviços de Custódia e Guarda de Títulos, provê serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados sobre mais de US\$ 3 trilhões em títulos de dívida e de ações.

A estratégia do Deutsche Bank AG é se tornar um líder em serviços de custódia doméstica na União Européia, Europa do Leste, América Latina (principalmente no Brasil, México e Argentina) e Ásia. Consistente com esta estratégia, o Deutsche Bank AG vendeu a sua operação norte-americana de custódia para o State Street em 2003 por um valor total de US\$1,5 bilhões, de modo a se concentrar em seus mercados alvo.

No Brasil, o Deutsche Bank S.A. iniciou seu negócio de custódia e serviços fiduciários em 1996, sendo o segundo maior provedor, no país, de serviços fiduciários, de agenciamento, depositários, de custódia e outros relacionados com US\$ 500 milhões em ativos sob custódia, representando uma fatia de mercado de 3%. Na indústria de FIDC, o Deutsche Bank é o segundo maior custodiante, provendo serviços de custódia e de backup a um total de nove transações com um total de US\$ 180 milhões em ativos, representando uma fatia de mercado de 10%.

*O Deutsche Bank AG fornece uma carta de conforto a um número de subsidiárias em todo o mundo (incluindo a subsidiária brasileira), dizendo em seu relatório anual que, com exceção daqueles casos em que um evento de risco político tenha ocorrido, ele cumprirá 100% das obrigações contratuais assumidas por aquelas subsidiárias. Dado que a transação FIDC BCSul Verax Crédito Consignado II é doméstica, não há risco político a ser incorrido pelos investidores.

BREVE HISTÓRICO DA MOODY'S

A Moody's Investors Services opera no Brasil desde 1997, através da sua controlada Moody's América Latina Ltda.

- É a maior agência de *rating* no mundo, com base em *market share*;
- É a agência de *rating* mais antiga, operando desde 1900 nos EUA;
- É a única agência de *rating* com capital aberto, com ações negociadas na NYSE;
- Tem duas subsidiárias: Moody's Investors Services e Moody's KMV;
- Está presente nos maiores centros financeiros mundiais;
- Possui mais de 1.000 analistas, e;
- Realiza o acompanhamento de mais de US\$ 30 trilhões em dívidas relativas a 150.000 emissões corporativas, governamentais e estruturadas, 75.000 obrigações públicas, 10.000 emissores corporativos e 100 nações soberanas.

BREVE HISTÓRICO DA KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

Como a KPMG é uma empresa com foco no mercado e busca permanentemente oferecer serviços de real valor agregado aos seus clientes, desenvolveu uma estrutura interna de negócios dividida por Segmentos de Indústria.

A empresa foi formada no Brasil em 1º de julho de 1987, a KPMG é a abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com tradição na comunidade de negócios: a *Peat Marwick & Mitchell*, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a *Klynveld Main Goerdeler*, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, firma brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG opera no Brasil como KPMG Auditores Independentes com mais de 1.000 profissionais, por meio de uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

BREVE HISTÓRICO DE FREITASLEITE, FAGUNDES ADVOGADOS

Freitas e Leite Advogados, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1.666, 8º andar, Vila Olímpia.

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. FreitasLeite, Fagundes busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. FreitasLeite, Fagundes é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em Direitos Creditórios Elegíveis.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO COTISTA

A divulgação de qualquer informação de relevância para os condôminos do Fundo será realizada, necessariamente, através de correspondência ou correio eletrônico. Complementarmente poderá ser realizada através do "Jornal da Manhã".

INFORMAÇÕES RELEVANTES

DADOS DA CONTA PARA APLICAÇÃO:

Titular:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BCSul Verax Crédito Consignado II
Banco:	487 - Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Agência:	0001
Conta:	24.046-0

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no Fundo, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento

e o Prospecto do Fundo. O histórico da *performance* do Fundo poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o Fundo, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do Fundo, bem como receber críticas e sugestões.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora

Cruzeiro do Sul S.A. DTVM
Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar
20030-021 - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3861-4134
Internet: www.bcsul.com.br

Gestora

BCSUL Verax Serviços Financeiros Ltda.
Rua Funchal, nº 418, 8º andar
04542-000 - São Paulo – SP
Telefone: (11) 3848-2717
Internet: www.verax.com.br
E-mail: verax@bcsul.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro
Rua Sete de Setembro, 111
2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3233-8686
Internet: www.cvm.gov.br

São Paulo
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 – São Paulo - SP
Tel.: (11) 2146-2000

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA

Rua XV de Novembro, 275
01013-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3233-2000
Internet: www.bovespa.com.br

Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP

São Paulo
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

Rio de Janeiro
Av. República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ATENDIMENTO AO COTISTA

Internet: www.verax.com.br

E-mail: verax@bcsul.com.br

Telefone: (11) 3848-2717

Endereço da Gestora: Rua Funchal, nº 418, 8º andar, São Paulo – SP.

Cruzeiro do Sul S.A. DTVM - Administradora do Fundo.

BCSUL Verax Serviços Financeiros Ltda. - Gestora do Fundo.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A PRESENTE DISTRIBUIÇÃO PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA, À GESTORA, AO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. E À CVM.

ANEXO I

REGULAMENTO DO

REGULAMENTO CONSOLIDADO DE ACORDO COM AS DELIBERAÇÕES APROVADAS NA ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS REALIZADA EM 07/04/2008.

ANEXO II - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

STRUCTURED FINANCE

Relatório de Monitoramento

FIDC BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II

DATA DE MONITORAMENTO:
28 de setembro de 2007

DATA DE INÍCIO:
24 de março de 2005

AUTORES:

Paulo Fugulin
Associate Analyst
Structured Finance -
Latin America
(011 55) 11 3043-7306
Paulo.Fugulin@moodys.com

Norton Bastos
AVP-Analyst
Structured Finance -
Latin America
(011 55) 11 3043-7305
Norton.Bastos@moodys.com

CONTATOS:

Maria Muller
Senior Vice President
Structured Finance Group
Latin America
(212) 553-4309
Maria.Muller@moodys.com

Susan Knapp
Managing Director
Structured Finance Group
(212) 553-1405
Susan.Knapp@moodys.com

Brett Hemmerling
Investor Liason
(212) 553-4796
Brett.Hemmerling@moodys.com

WEBSITE:
www.moodys.com

Emissor:	FIDC BCSUL VERAX Crédito Consignado II
Tipo de Veículo Emissor:	FIDC fechado multi-série
Tipo de Ativo:	Empréstimos pessoais com consignação de desconto em folha de pagamento destinados a (i) servidores públicos e (ii) aposentados e pensionistas do INSS
Moeda:	Real
Série:	2005-1, 2005-2, 2006-1 & 2007-1
Cedente:	Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Aa2.br na Escala Nacional de Depósitos em Moeda Local & Ba1 em Escala Global de Moeda Local)
Agente Cobrador Primário:	Banco Cruzeiro do Sul S.A. (Aa2.br na Escala Nacional de Depósitos em Moeda Local & Ba1 em Escala Global de Moeda Local)
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (Sem Rating)
Administrador:	Cruzeiro do Sul DTVM S.A. (subsidiária integral do Banco Cruzeiro do Sul)
Gestor:	BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda (Sem Rating)
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes

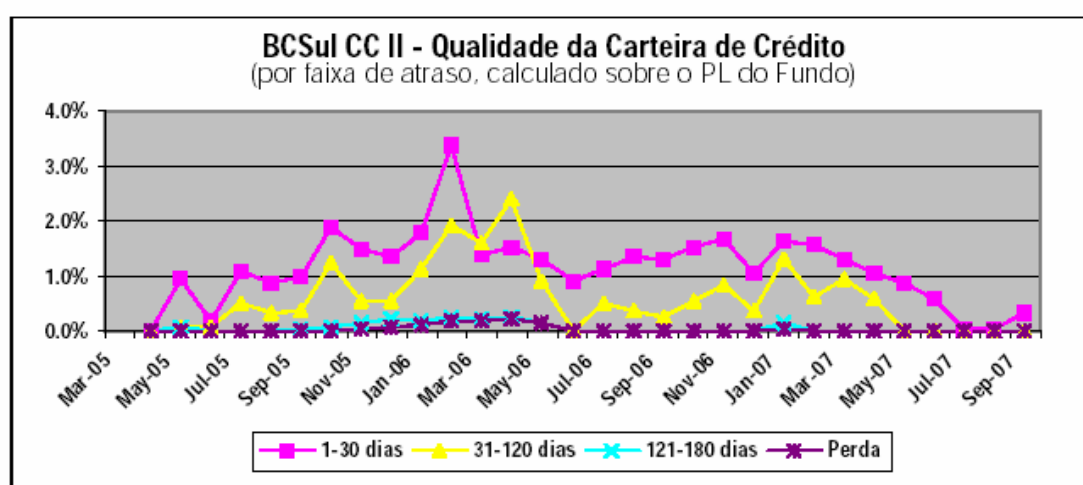
Resumo da Operação Série	28-set-07			
	2005-1	2005-2	2006-1	2007-1
Ratings (Local/Global)*	Baa2/Aaa.br	Baa2/Aaa.br	Baa2/Aaa.br	Baa2/Aaa.br
Quotas Senior em Circulação	R\$ 49,086,857	R\$ 96,292,547	R\$ 93,160,197	R\$ 146,248,643
Subordinação	29%			
Data de Início:	24-mar-05	14-dez-05	23-jun-06	R\$ 39,142
Data de Vencimento	31-mar-08	28-nov-08	26-mai-10	1-mar-11
Prazo (meses)	36	36	48	48
Principal a Vencer ("Bond Factor")	33%	83%	100%	100.0%
Frequência de Pagamento (Principal + Rendo.)	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência
Frequência de Pagamento (Juros)	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência
Conta Reserva	Um mês de fluxo de caixa			
Frequência Amortizações (Principal + Rendo.)	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 21 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência	Trimestral, após 33 meses de carência
Reserva de Amortização	100% do valor do próximo pgto. (30 dias antecedência)			



Moody's Investors Service

January 24, 2008

Monitoramento dos Gatilhos		Limite	28-set-07	Observado?
Subordinação	<	25%	29%	Sim
Reservas Amort. & Pagamento	<	R\$ 10,777,136	R\$ 10,777,136	Sim
Índice de Liquidez	<	1.00	1.42	Sim
Delinq. 1-30 dias	>	20.00%	0.31%	Sim
Delinq. 31-120 dias	>	10.00%	0.00%	Sim
Delinq. 121-180 dias	>	3.00%	0.00%	Sim
Perda (> 181 dias)	>	2.00%	0.00%	Sim
Limite por Jurisdição:				
Governo Federal	>	32.00%	31.56%	Sim
INSS	>	25.00%	10.73%	Sim
Grupo 1 (Estado da Paraíba)	>	8.00%	5.96%	Sim
Grupo 2 (Estado do RJ)	>	8.00%	4.28%	Sim



e: O Fundo tem apresentando desempenho conforme o esperado. Os atrasos entre 1-30 dias (sobre o saldo da carteira) atingiram 0,31% ao final de setembro de 2007. Conforme previsto em contrato, o Fundo tem a faculdade de vender créditos em atraso. Em 26 de setembro de 2007, o Fundo possui cerca de R\$ 2,3 milhões em recebíveis (valor presente) que estavam em atrasos para um investidor. O investidor não é quotista do Fundo. Em função disso, os índices de performance na data em questão não refletem a real inadimplência da carteira. O índice de liquidez estava sendo subestimado, mas passou a refletir corretamente no regulamento a partir de julho de 2007, tendo sido observado desde então. As quotas sênior das séries 2005-1, 2005-2, 2006-1 e 2007-1 do Fundo estão sendo remuneradas com uma taxa de rendimento efetiva equivalente a 110%, 109%, 109% e 108% do CDI, respectivamente, tal qual especificado nos estatutos do Fundo.

3F122122 (Portuguese)
3F122119 (English)

© 2007, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved. ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, MOODY'S does not warrant, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, in, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages including without limitation, lost profits, even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and ratings analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to buy or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH INFORMATION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each edit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling. Moody's discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment to Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between MIS and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MIS of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moodys.com under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

ANEXO III - DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.382.908/0001-64, na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.238.838/0001-67, declara, para os fins do artigo 20, parágrafo primeiro, inciso I, da Instrução CVM nº. 356, que firmou Contrato de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditório com o **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.**, instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 9º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 62.136.254/0001-99, instituição legalmente habilitada a executar o serviço de distribuição de cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

São Paulo, 01 de março de 2007.

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LÍDER

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira sediada na Avenida Presidente Wilson, nº. 231, 24º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.382.908/0001-64, na qualidade de administradora (“**Administradora**”) e instituição líder da distribuição (“**Instituição Líder**”) da 54ª (quintaterceira) série de quotas seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS BCSUL VERAX CRÉDITO CONSIGNADO II**, inscrito no CNPJ/MF nº. 07.238.838/0001-67 (“**FUNDO**”), nos termos do artigo 56, parágrafos 1º, inciso “i” e “ii”, e 5º da Instrução nº 400, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 29.12.2003, DECLARA que:

- a) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas acerca do **FUNDO** são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta;
- b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição de quotas do **FUNDO**, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes do Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e
- c) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta dos valores mobiliários ofertados, da emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2007.

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

ANEXO IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.

http://www.mzweb.com.br/cruzeiroadosul/web/arquivos/BCSUL_DFP_20080415_PORT.pdf